

do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, e no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, delegeo na Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, Catarina Maria Romão Gonçalves, a exercer as funções de Secretária-Geral em regime de suplência, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, os poderes para autorizar a realização de despesas por conta do orçamento do Gabinete, até ao limite previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, bem como as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, relativamente à celebração dos contratos previstos na lei para o exercício de funções de apoio técnico e administrativo ao Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a 12 de maio de 2016, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados pela Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, Catarina Maria Romão Gonçalves, a exercer as funções de Secretária-Geral em regime de suplência, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação de competências, até à data da sua publicação.

24 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro, *Mariana Guimarães Vieira da Silva*.

209618121

Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais

Despacho n.º 7310/2016

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a licenciada Paula Alexandra Alves de Burgo Fernandes, técnica superior do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro a designada desempenhará funções no âmbito da Geografia e desenvolvimento local.

3 — O estatuto remuneratório da designada, é equiparado ao estabelecido para o cargo de adjunto, conforme o n.º 6 do artigo 13.º

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 01 de maio de 2016.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

9 de maio de 2016. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Nota Curricular

Dados Biográficos:

Nome: Paula Alexandra Alves de Burgo Fernandes.

Data e local de nascimento: 28 de abril de 1966, em Lisboa

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional na variante de Geografia Humana, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1994);

Pós-graduação no Curso de Estudos Pós-graduados em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1997).

Experiência Profissional:

Desde Abril 2014 — Técnica superior do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, a desempenhar funções no Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais da Unidade de Política Regional.

De janeiro de 2010 a abril 2014 — Técnica superior do Observatório do QREN, em regime de mobilidade, afeta ao Núcleo de Acompanhamento do Observatório do QREN.

De julho 2009 a janeiro 2010 — Chefe de Divisão de Planeamento, Prospetiva e Avaliação, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada em regime de substituição.

De março 2006 a julho 2009 — Prestou assessoria técnica no Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em regime de destacamento ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (anterior DGDR).

De março 2004 a março 2006 — Técnica superior da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR), afeta à Estrutura de Apoio Técnico à Comissão de Gestão do Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

De novembro 2001 a março 2004 — Técnica superior da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional afeta à Unidade de Coordenação Nacional INTERREG III, dos Programas de Iniciativa Comunitária da cooperação 2000-2006.

De julho 1995 a novembro 2001 — Vinculação à Administração Pública e ingresso na carreira Técnica superior do quadro de pessoal da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional, a exercer funções no Núcleo de Políticas Regionais.

209617993

Secretaria-Geral

Aviso n.º 7064/2016

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a José Manuel Bento Ferreira de Almeida licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Aviso que foi autorizada, por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros datado de 18 de maio de 2016, a renovação da licença especial para exercício de funções transitórias na Região Administrativa de Macau, pelo período de dois anos, com efeitos a 2 de maio de 2016, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98 de 13 de abril.

19 de maio de 2016. — A Secretária-Geral Adjunta, *Catarina Maria Romão Gonçalves*.

209618049

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 7311/2016

Por despacho da Senhora Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de 12 de maio de 2016, foi concedida a Armando Jorge Ferrão de Carvalho, técnico superior do mapa de pessoal da CCDRC, licença sem remuneração, ao abrigo do artigo 280.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de setembro, com início a 1 de maio de 2016 e por um período de um ano.

19 de maio de 2016. — A Presidente, *Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão*.

209613886

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 7065/2016

1 — Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, n.º 1 alínea d) do artigo 31.º e n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, publicita-se o projeto de Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum de recrutamento de um posto de trabalho para o desempenho de funções na Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo Aviso n.º 11250/2015, publicado no *Diário da República* n.º 194, 2.ª série, de 5 de outubro de 2015, que se encontra afixado no “local de estilo do MNE”, sito no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, e igualmente disponível na página eletrónica do Ministério <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/avisos-sobre-procedimentos-concursais/avisos-sobre-procedimentos-concursais.aspx> para querendo, os candidatos se pronunciarem em sede de audiência